



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO VEREADOR ALBERTO RIBEIRO PINTO

RESOLUÇÃO Nº 007/2024

Regulamenta a utilização dos espaços da Câmara Municipal de Embu-Guaçu.

O Vereador Joaquim de Souza Silva – Joaquim da Aposentadoria, Presidente, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Projeto de Resolução:

Projeto de Resolução nº 007/2024

Autor: Mesa Diretora

Art. 1º Esta Resolução tem como objetivo regulamentar a utilização dos espaços da Câmara Municipal de Embu-Guaçu, especialmente o Plenário, por terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, com vistas a garantir a ordem, a preservação do patrimônio público, a segurança e o bom uso dos referidos espaços.

Art. 2º A utilização dos espaços da Câmara Municipal, incluindo, mas não se limitando ao Plenário, Salas de Reuniões, Auditório e outras dependências, por terceiros, dependerá de autorização prévia e expressa da Presidência da Câmara Municipal, para realização das seguintes atividades:

- I – convenções partidárias;
- II – reuniões de partidos;
- III – congressos;
- IV – seminários;
- V – jornadas;
- VI – simpósios;
- VII – cursos;
- VIII – palestras;
- IX – conferências;
- X – solenidades;
- XI – reuniões;
- XII – espetáculos artístico/culturais;
- XIII – cerimônia fúnebre de autoridades, ex-agentes políticos do município e servidores;

§ 1º O uso dos espaços da Câmara deve ser compatível com a utilização de um bem público e com o interesse público.



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO VEREADOR ALBERTO RIBEIRO PINTO

§ 2º O uso dos espaços da Câmara, não será cedido para realização de:

- I – solenidades de formaturas escolares;
- II – colação de grau;
- III – atividades religiosas;
- IV – coquetéis;
- V – atividades com fins lucrativos;
- VI – promoção pessoal;
- VII – atividades vedadas em lei.

§ 3º A utilização dos espaços pela Câmara Municipal tem preferência em relação à utilização por terceiros.

Art. 3º A cessão dos espaços da Câmara Municipal obriga ao atendimento das regras exigidas à boa conservação dos equipamentos e espaços.

Art. 4º A utilização dos espaços da Câmara Municipal, depende de prévia autorização do Presidente ou da Mesa Diretora mediante protocolo e da assinatura do termo de cedência.

§ 1º Os pedidos para cessão dos espaços da Câmara Municipal devem ser formulados com antecedência mínima de 15 dias em relação à data do evento.

§ 2º Os pedidos protocolados fora do prazo estão sujeitos à análise de possibilidade pela Presidência da Câmara;

§ 3º A cessão dos espaços da Câmara Municipal está sujeita à agenda disponibilizada pela Câmara Municipal.

Art. 5º Do pedido de empréstimo dos espaços da Câmara Municipal deverão constar:

- I – identificação da entidade promotora do evento;
- II – identificação do responsável pela ação;
- III – indicação do fim a que se destina a utilização;
- IV – indicação das datas e horários de utilização do espaço;
- V – indicação das datas e horários necessários à utilização do espaço para ensaios, montagem ou desmontagem de equipamentos;
- VI – indicação de eventuais elementos decorativos, mobiliários, equipamentos, meios e esquemas técnicos que se pretenda fazer uso.

Art. 6º As instalações objeto da cessão devem ser vistoriadas, antes e após a ocupação, ao mesmo tempo, por servidor da Câmara Municipal Embu-Guaçu e pelo responsável pelo evento.

Art. 7º O solicitante é responsável pela organização, segurança e limpeza do espaço utilizado,



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO VEREADOR ALBERTO RIBEIRO PINTO

devendo restituí-lo nas mesmas condições em que foi entregue.

Art. 8º É vedada a utilização dos espaços para fins político-partidários, religiosos, comerciais ou quaisquer outros que possam ferir a imparcialidade e a neutralidade dos trabalhos legislativos.

Art. 9º A Câmara Municipal poderá exigir a contratação de seguro contra danos ao patrimônio público, de acordo com a natureza do evento e a quantidade de pessoas envolvidas.

Art. 10. São de responsabilidade do cessionário o ressarcimento por eventuais danos materiais e pessoais que venham a ocorrer durante ou em decorrência do uso do espaço.

Art. 11. É de responsabilidade do cessionário a manutenção dos espaços da Câmara Municipal ao término da sua utilização.

Art. 12. O cessionário compromete-se a respeitar a capacidade de lotação dos espaços da Câmara Municipal.

Paragrafo único. Em caso de descumprimento do limite da capacidade do espaço referido no caput deste artigo, o gestor do espaço cedido poderá suspender o início da atividade até o cumprimento do limite de lotação do espaço.

Art. 13. É proibida a colagem de cartazes e perfurações nas paredes dos espaços cedidos.

Art. 14. Todo evento realizado nos espaços da Câmara Municipal deve encerrar-se até as 22 horas.

Art. 15. É proibido fumar, consumir bebidas alcoólicas e praticar atos ilícitos nas dependências do espaço cedido.

Art. 16. O descumprimento das obrigações constantes nesta Resolução implica em:

I – vedação de utilização dos espaços da Câmara Municipal por prazo indeterminado a critério da Presidência.

II – demais medidas legais cabíveis.

Art. 17. O Cessionário deverá assinar termo de responsabilidade constante do anexo desta Resolução.

Art. 18. A Câmara Municipal reserva-se o direito de cancelar a autorização concedida, a qualquer momento, em caso de descumprimento das normas estabelecidas por esta Resolução ou por motivo de força maior, devendo comunicar o solicitante com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO VEREADOR ALBERTO RIBEIRO PINTO

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal.

Art. 20. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Embu-Guaçu, 29 de outubro de 2024.

Joaquim de Souza Silva
Vereador Presidente UNIÃO BRASIL

Luiz Fernando Ferreira de Souza
Secretário Legislativo

PUBLICADO E REGISTRADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU EM 29 DE OUTUBRO DE 2024.